

O papel do capital na desconstrução do espaço social no Brasil

The role of capital in the deconstruction of social space in Brazil

Guilherme Shoiti Ueda^{1,2}

Universidade Federal de São Carlos, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
g.s.ueda@gmail.com

José Francisco¹

Universidade Federal de São Carlos
jfran@ufscar.br

Carolina Maria Pozzi Castro^{1,3}

Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal do ABC
carolmcastro@gmail.com

RESUMO - O presente texto procura descrever, de forma sucinta, o processo através do qual o capital opera a desconstrução e a fragmentação do espaço social no contexto brasileiro, em momentos distintos da história. Procura-se demonstrar, para cada período, fatos históricos que, resultantes dos interesses capitalistas, levam a transformações no espaço social, refletindo-se na disposição física dos espaços habitados. Para tanto, após a apresentação dos conceitos principais nos quais se baseia a leitura histórica, é realizada uma descrição dos espaços pré-capitalistas, desde as aldeias tradicionais, passando pelas formações dos primeiros aglomerados urbanos, e sucessivamente por sua transformação em cidades, primeiro como postos comerciais, até a ascensão da indústria. Em cada momento, busca-se revelar a correlação que se estabelece entre a ação do capital, as transformações na sociedade e a formação dos espaços urbanos. É apresentada, por fim, uma reflexão acerca das cidades contemporâneas no Brasil, alguns dos fenômenos que ali se verificam, e sua possível relação com a desconstrução do espaço social.

Palavras-chave: espaço social, desconstrução, espaços urbanos.

ABSTRACT - This paper aims to describe, briefly, the process by which capital operates the deconstruction and fragmentation of social space within Brazil's spaces at distinct moments in its history. It intends to demonstrate, for each period, historical facts that, resulting from capitalist interests, lead to transformations in the social space and are reflected in the physical distribution of inhabited spaces. For that purpose, following the presentation of the main concepts that guide the discourse, it describes pre-capitalist spaces, ranging from traditional villages, going through the formation of the first urban settlements and successively through their transformation into cities, firstly as trading posts, until the rise of the industry. At each moment, it tries to expose the correlation established between the action of capital, the changes in society and the formation of urban spaces. It finally proposes a reflection on contemporary Brazilian cities, some of the phenomena that can be seen there and their possible relationship with the deconstruction of social space.

Keywords: social space, deconstruction, urban spaces.

Introdução

Segundo Harvey (2011, p. 41), o capital “não é uma coisa, mas um processo em que o dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro”. Para que esta busca tenha sucesso, são necessários certos arranjos sem os quais o fluxo do capital pode ser interrompido ou dificultado.

A cidade contemporânea, local de reprodução do capital por excelência, é construída segundo os interesses

dos investidores, e para tanto exige que as populações consumam valores produzidos pela localização, muitas vezes alheios às relações sociais e culturais que se formaram ao longo das gerações anteriores. Os indivíduos destacados de suas relações sociais podem ser livremente associados aos fluxos de consumo, definindo sua localização primordialmente em função de seu poder aquisitivo.

Este cenário é resultado de um longo processo de transformação da relação do indivíduo com o espaço

¹ Universidade Federal de São Carlos. Rodovia Washington Luís, s/n, São Carlos, SP, Brasil.

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Av. Jerônimo Figueira da Costa, 3014, Pozzobon, Votuporanga, SP, Brasil.

³ Universidade Federal do ABC. Avenida dos Estados, 5001, Santo André, SP, Brasil.

por ele habitado. Tem como ponto de partida os estágios pré-capitalistas, em que as aldeias tradicionais são organizadas como reflexo de um conjunto de valores culturais, que englobam os costumes, as crenças e as relações sociais entre os indivíduos que as integram. Desta forma, a localização de cada espaço que compõe a aldeia é originalmente determinada sobretudo pelas posições relativas dos indivíduos no plano social.

Ao longo do processo de transição entre estes dois extremos, é possível observar que há transformações no plano social, decorrentes de eventos de ordens diversas – tecnológicas, econômicas, políticas, e outras –, que resultam em novas organizações dos espaços construídos. Além disso, a ação do capital também interfere na distribuição destes espaços, muitas vezes induzindo à reorganização das relações sociais. Estas interações, que têm como produto final a cidade capitalista, representam sucessivos processos de desconstrução operados sobre os espaços físico e social.

O artigo procura estabelecer uma relação entre uma perspectiva histórica que analisa a cidade como um produto do capital e outra que observa as transformações na relação do indivíduo e do grupo com o espaço por eles ocupado, no contexto brasileiro. Com isso, procura-se compreender como os processos de desconstrução, operados pelo capital, induzem à formação de sociedades urbanas em que a relação com o espaço é abstrata, e o espaço social, fragmentado.

Metodologia

Para realizar a leitura que se propõe, é tomada como objeto de estudo a evolução dos espaços urbanos no Brasil. Embora não levantando exemplos específicos de cidades, foram procuradas descrições gerais e evidências do processo de transformação dos espaços urbanos de diferentes períodos da história em estudos de autores como Novaes (1983), Reis Filho (1987), Sposito (1988), Singer (1990), Villaça (2001), Fausto (2012), entre outros. A evolução dos espaços urbanos é analisada segundo a periodização definida por Singer (1990), partindo da aldeia indígena, passando pelas Cidades da Conquista, a Colonial, a Comercial e a Industrial.

A leitura deste processo histórico se deu a partir de dois pontos de vista, a princípio distintos. Primeiro, utiliza-se a definição de Espaço Social, conceito explorado por Fernandes (1992) e Bourdieu (1996). Esta primeira investigação se apoia ainda em conceitos trazidos da Ecologia Humana com a finalidade de destrinchar algumas das relações entre espaço físico, sociedade e cultura. O segundo ponto de vista trata da relação entre o capital e as transformações do espaço urbano. Embora este fenômeno já tenha sido amplamente estudado por autores como Sposito (1988), Mumford (1991) e Singer (1990), entre outros, buscou-se aqui uma confrontação entre os

dois pontos de vista, o que deve oferecer nova perspectiva sobre as relações que constituem o espaço urbano.

Inicialmente é analisada a correspondência entre as relações sociais e a organização dos elementos físicos que compõem o espaço das comunidades tradicionais, tomando as aldeias indígenas como exemplo. Este modelo, que serve como exemplo das estruturas sociais pré-capitalistas, é comparado com o dos primeiros núcleos urbanos no Brasil colônia, que se revelam vazios de significado para o espaço social até sua expansão a partir do século XVIII. A partir daí são analisadas as interferências do capital – seja ele mercantil, industrial ou imobiliário – ao longo das diferentes fases da história brasileira. Observa-se que a estreita relação entre as posições social e física é sucessivamente transformada pela ação capitalista; na cidade contemporânea, percebe-se que a forma como os espaços estão ali organizados é um indutor de relações individualizadas onde o espaço social está fragmentado, levando ao surgimento de fenômenos urbanos típicos das cidades contemporâneas brasileiras: a verticalização das habitações, a periferização da pobreza, o espraiamento e a proliferação de condomínios fechados e de *shopping centers*, entre outros.

Espaço social e desconstrução

O espaço social pode ser entendido como um “campo de forças onde os agentes sociais se definem pelas suas posições relativas” (Fernandes, 1992, p. 62), e analisar este espaço “é considerar, antes de mais, a maneira como a natureza é moldada pela atividade coletiva” (Fernandes, 1992, p. 79).

Para Bourdieu (1996), em sociedades mais desenvolvidas, a posição social é determinada por dois princípios de diferenciação: os capitais econômico e cultural.

[...] os agentes têm tanto mais em comum quanto mais próximos estejam nessas duas dimensões, e tanto menos quanto mais distantes estejam nelas. As distâncias espaciais no papel equivalem a distâncias sociais (Bourdieu, 1996, p. 19).

A diferenciação entre classes ocorre por meio dos *habitus*, que são “princípios geradores de práticas distintas e distintivas” (Bourdieu, 1996, p. 21), ou seja, hábitos, padrões de consumo, princípios de classificação, de visão e de gostos que diferem de classe para classe “tornam-se diferenças simbólicas e constituem uma verdadeira linguagem” (Bourdieu, 1996, p. 21). As diferenças expressas pelos *habitus*, tendo mais relação com a posição de cada agente dentro do espaço social do que com sua posição dentro das classes de Marx, definem a distribuição destes agentes no espaço físico. É necessário compreender, no entanto, de que forma a posição dentro do espaço social se relaciona com a dinâmica que define a posição física que o indivíduo ou grupo assume no espaço urbano, sobretudo nas cidades contemporâneas.

Teorias da Ecologia Humana, formuladas pela Escola de Chicago, defendem que assim como em comunidades⁴ vegetais e animais, a organização dos espaços humanos pode ser definida como resultado de uma competição por um lugar no solo, onde os indivíduos ou grupos em situação de dominância garantem para si os espaços com mais acesso aos recursos existentes, em detrimento dos demais (Park, 1970). A diferença principal reside no fato de que, no caso da sociedade humana, existe sobre esta base biótica, regida pela competição, uma superestrutura cultural, que impede esta competição explícita “devido aos efeitos de fenômenos não possuídos pelas plantas e animais, isto é, o costume e a lei” (Pierson, 1970, p. 11). As duas formas de organização são aspectos diferentes de uma sociedade, que nas vicissitudes e mudanças a que estão sujeitos, permanecem em relação de dependência mútua. A competição que ocorre na base biótica é dirigida e controlada pela superestrutura cultural, cujas raízes remetem ao costume e à tradição e atendem à expectativa normal da sociedade (Park, 1970).

Dentro da dinâmica natural, os conflitos entre grupos funcionam como mecanismos de autorregulação: uma vez que os territórios estejam demarcados, as necessidades de conflito diminuem. O resultado é sempre uma reorganização das relações sociais, às quais deve corresponder uma nova configuração espacial – que representa as relações hierárquicas resultantes dos conflitos – substituindo ou modificando a existente.

A transformação do espaço é o meio pelo qual o Homem veio adaptando o ambiente às suas necessidades. Seja atuando sobre a natureza primeira, seja sobre espaços já transformados, o resultado dessa atividade é o ambiente construído.

O trabalho do homem, inicialmente na natureza primeira e em seguida, e por causa dele próprio, num processo contínuo e ininterrupto, criando a natureza segunda, é sinônimo de desconstrução (Francisco e Carvalho, 2003, p. 103).

Toda construção é resultado de uma desconstrução, “na medida em que o que se constrói, ao menos em termos espaciais, nada mais é do que a modificação do espaço existente” (Francisco e Carvalho, 2003, p. 104).

Ao entender que a conformação da dimensão física do ambiente construído está atrelada às transformações sociais, e se “toda transformação espacial é, em última análise, desconstrução [podendo ser considerada como] síntese do espaço em movimento” (Francisco e Carvalho, 2003, p. 3), é possível dizer que a desconstrução ocorre para além do espaço físico, envolvendo também o campo social.

Os espaços sociais que se estabelecem em cada período da história da humanidade são resultantes do meio onde se encontra inserido determinado grupo, e se transformam continuamente, em velocidades maiores ou menores, dependendo do contexto: de forma mais sutil e gradual em sociedades primitivas, onde as relações sociais são mais claras, e abrupta e rápida na cidade contemporânea, onde elas são mais difusas.

No decorrer do longo processo de transição entre a aldeia primitiva e a cidade contemporânea, é possível observar profundas transformações na forma como os espaços físico e social influenciam um ao outro. Inicialmente, a relação é de correspondência mútua, e, neste caso, é possível identificar a estreita correlação entre as posições sociais e a distribuição espacial dos elementos que compõem a sociedade, assim como a intensidade com que a desconstrução do espaço físico ocasiona a desconstrução do espaço social, e vice-versa. Este modelo pode ser identificado nas aldeias primitivas de povos seminômades, onde esta relação é de certa forma mais dinâmica, pois as frequentes mudanças de localização das aldeias permitem a reorganização do espaço para sua adequação às transformações que ocorrem na estrutura social.

Já quando as cidades começam a se estabelecer, o processo de desconstrução do espaço físico é limitado, pois adquire, segundo Santos (1984), uma *inércia dinâmica*, a partir da qual lhe é assegurada “a tendência a reproduzir a estrutura global que lhe deu origem, ao mesmo tempo em que se impõe a essa reprodução como uma mediação indispensável” (Santos, 1984, p. 186). Assim, para este autor, o espaço, enquanto estrutura social, é o passado no presente, pois, embora funcione segundo regras atuais, é produto de um passado; por outro lado, é também futuro, pois já lhe é atribuída uma finalidade no momento em que é construído (Santos, 1984). Em outras palavras, ao mesmo tempo que o espaço da cidade é produto de seu contexto histórico, ele acaba também condicionando as transformações que vêm a acontecer, fato pelo qual não se pode considerar o espaço da cidade como produto ideal de seu contexto socioeconômico, mas sim como resultado de uma gradual adaptação.

Desta forma, para se averiguar a forma como o avanço do capital promove a desconstrução do espaço social, é preciso compreender, antes, como o espaço é organizado quando somente sob a influência de contextos locais, ou seja, suas características em um período pré-capitalista, e que serão então transformadas para promover a reprodução do capital em seus diversos formatos.

⁴ Na definição de Park (1970), a comunidade é uma população:

“1) territorialmente organizada;

2) mais ou menos completamente enraizada no solo que ocupa

3) com suas unidades individuais vivendo em relação de interdependência mútua que é antes simbiótica do que social no sentido em que esse termo é aplicado aos seres humanos” (Park, 1970, p. 21).

O espaço social no modelo sinomórfico

É relevante o fato de que a identidade do indivíduo na sociedade primitiva é intrínseca à casa habitada, como se pode observar no caso de algumas aldeias indígenas brasileiras. Pedindo que as crianças de uma aldeia indígena da etnia Bororo desenhasssem sua casa, Novaes (1983) observou que elas “(ao contrário das ‘nossas’ crianças) jamais desenhavam uma única casa isolada, e sim um conjunto delas, formando a aldeia” (Novaes, 1983, p. 5). Não somente nesse caso em particular, mas em muitas das aldeias pesquisadas, o conceito da “casa” não correspondeu necessariamente à unidade habitacional.

Não é a casa o ponto de referência a ser tomado para a elaboração da identidade, mas sim um espaço mais amplo e que, em geral, é a aldeia [...] ou a casa comunitária [...], ou o espaço territorial tradicional de ocupação do grupo (Novaes, 1983, p. 4).

A “força íntima” do conceito da casa Bororo, revelada no desenho infantil, une a aldeia em um todo, onde a disposição das casas, os significados dos caminhos, os locais de rituais e de cerimônias estão todos ligados e são coerentes com a cultura e com a organização social de todo o povo.

É possível dizer que a concepção que os Bororo têm de si mesmos está intimamente ligada à estrutura da aldeia e ao que ela significa [e que] a análise da casa nos remete diretamente a compreender toda a concepção de espaço elaborada por uma sociedade (Novaes, 1983, p. 6).

Quando as ordens social e espacial atingem esta coerência, nada se pode retirar ou modificar sem causar profundas transformações, seja da ordem social para a espacial como o inverso. Lawson busca em Barker a definição para sinomorfia (*synomorphy*), que é adquirida pelos espaços quando “há congruência entre as ações das pessoas e o arranjo social e físico” (Lawson, 2001, p. 11).

Este estado de sinomorfia está visível também na disposição das malocas dentro de uma aldeia. Segundo Ladeira (1983), nas aldeias do grupo indígena Timbira, a disposição das malocas em círculo reflete de forma inequívoca as relações sociais e familiares, que determinam e são determinadas pela posição relativa da moradia dentro da aldeia. A disposição das malocas em círculo está ligada também à ideia de que todas as casas têm o mesmo peso social, além de estarem todas “relacionadas de um mesmo modo ao pátio, centro das decisões políticas e de toda vida ritual” (Ladeira, 1983, p. 20). Do mesmo modo, a posição de cada indivíduo no processo produtivo é igual à de todos os outros, sendo todos equivalentes e substituíveis uns pelos outros. Quando a aldeia muda de lugar, a mesma disposição das malocas é mantida. Assim, se por um lado a estrutura social, mais rígida, tende a organizar o espaço,

por outro, o próprio espaço faz com que o grupo mantenha a estabilidade nas relações (Ladeira, 1983).

A organização não hierárquica, típica dos primeiros agrupamentos humanos, é desconstruída quando, através do desenvolvimento das técnicas de agricultura, torna-se possível um meio de subsistência que não mais depende exclusivamente da caça e da coleta. Ocorre a evolução da figura do caçador, “que tinha funções protetoras, à condição de chefe coletor de tributos” (Mumford, 1991, p. 43). Tal tributo, que é o preço da proteção oferecida aos aldeões, pode ser cobrado a partir do momento em que o campo passa a produzir um excedente. O poder do chefe, protetor da aldeia e coletor de tributos associa-se com aqueles responsáveis pelas articulações entre o povo e a dimensão divina, dando origem, respectivamente, às classes dos soldados e dos sacerdotes.

[a cidade] só pode surgir a partir do momento em que o desenvolvimento das forças produtivas é suficiente, no campo, para permitir que o produtor primário produza mais que o estritamente necessário à sua subsistência (Singer, 1990, p. 12-13).

Esta produção deve ainda se somar a um mecanismo de extração deste mais-produto, articulado através da formação de classes para que possa finalmente surgir a cidade. O poder militar, representado pela classe dos soldados, além de proteger a cidade, é também importante instrumento para ampliação das terras das classes dominantes e se torna instrumento de dominação política (Singer, 1990).

A ampliação dos poderes do chefe e o estabelecimento de classes dão origem, assim, à figura do rei. E é a instituição da realeza o agente mais importante na transformação da economia descentralizada da aldeia para uma economia urbana altamente organizada. Se, na aldeia tradicional, a apropriação do espaço é regida por crenças em divindades locais, no surgimento das cidades a figura do rei é colocada como um “ímã polarizador que atrai para o coração da cidade e coloca sob controle do palácio e do templo todas as novas forças de civilização” (Mumford, 1991, p. 43).

Do surgimento dos primeiros núcleos urbanos, passando pelas cidades-estado da Mesopotâmia e da Grécia, à unificação de amplos territórios e a ascensão dos impérios, culminando com o romano, a evolução urbana no continente europeu percorre um longo percurso, interrompido no início da Idade Média e retomado a partir do final do século X. Por volta do final do século XIV, consolidava-se uma extensa rede de cidades médias, onde o comércio exerceu importante papel ao criar “condições para a estruturação do modo de produção capitalista e, simultaneamente, a destruição dos pilares da economia feudal” (Sposito, 1988, p. 31).

No território brasileiro do século XV, as populações existentes se distribuíam por diferentes regiões, em cada uma das quais predominavam diferentes etnias

indígenas, que, ressalvadas diferenças culturais entre elas, eram organizadas segundo os padrões pré-capitalistas das aldeias primitivas. A chegada dos portugueses significou, portanto, o choque entre culturas situadas em pontos distantes, em termos de organização econômica e social.

A desconstrução do espaço social indígena será operada inicialmente pela ação dos missionários que, com o objetivo de civilizar os indígenas, substituem as malocas por casas de taipas, à semelhança das habitações europeias. Ainda que, inicialmente, a estrutura social da maloca tenha sobrevivido à sua destruição (Paula, 2005), esta mudança no padrão da moradia resultou em um “desequilíbrio no sistema organizacional indígena” (Paula, 2005, p. 51), que possibilitou a introdução da cultura católica.

Por outro lado, a organização das estruturas sociais dos próprios colonizadores é também desconstruída, ainda que se tenha tido a intenção de impor a cultura tal como produzida no velho continente, pois o contexto em que ela se insere encontra-se repleto de diferenças (como as diferenças climáticas, a disponibilidade de recursos, e o próprio relacionamento com os indígenas) que impuseram, necessariamente, a inserção de novos valores e a consequente adaptação da cultura original.

A cidade colonial

Segundo Sposito (1988), a urbanização trazida ao Brasil já estava sob domínio do capital, e tinha como objetivo dar sustentação à necessidade de ampliação dos espaços sob o domínio do capital comercial, não fosse o qual “provavelmente a urbanização não teria se estendido, àquela época, à América” (Sposito, 1988, p. 41).

Desta forma, as cidades que viriam a surgir no Brasil eram tanto reflexo da necessidade de ampliação dos territórios, como processo contínuo à forma de urbanização já em curso na Europa, ligado à cidade comercial.

A empresa militar e missionária tinha por objetivo mais imediato estabelecer, em terras americanas, um modo de produção capaz de produzir um excedente que pudesse ser apropriado pelas metrópoles e prontamente vendido nos mercados europeus (Singer, 1990, p. 95).

Para que o objetivo fosse alcançado, duas condições tiveram de ser superadas: (i) A produção de um excedente, que teve de ser garantido pela expropriação da terra e pela importação de escravos, uma vez que a força de trabalho indígena se mostrou inadequada para tais fins; e (ii) A produção de um excedente em forma de bens que constituíssem valores de uso demandados na Europa. Esta condição teria como primeira solução a especialização das atividades econômicas, que se concentraram, nos primeiros dois séculos de colonização, na extração de prata e ouro e na produção de cana-de-açúcar, produto em ascensão nos meios burgueses da Europa (Singer, 1990). Além destas atividades, a sociedade colonial se limitava à produção

agrícola para a subsistência. Assim, a cidade colonial possuía um papel econômico “estéril”, mas foi importante para a constituição e preservação do sistema colonial, pois servia de base para as forças de coerção da metrópole, representadas pelos corpos de tropa e pela burocracia civil. A cidade desempenhava ainda um papel importante na repartição do excedente, o que requeria maior proteção contra a ação de contrabandistas e corsários, resultando na concentração das atividades em poucos pontos, onde a defesa seria mais fácil (Singer, 1990).

A cidade da conquista foi um sistema criado com “o objetivo básico de sustentar o sistema de exploração colonial, [e era] implantada como ponto fortificado, a partir do qual se irradiava o poder do colonizador” (Singer, 1990, p. 100). Embora atividades econômicas regulares existissem nas cidades antes de meados do século XVII, eram restritas ao comércio direto, “entre a grande propriedade rural e a Metrópole, compreendendo apenas em escala muito reduzida as operações locais” (Reis Filho, 2000, p. 40). Assim, ao contrário do que se observou em outras áreas, como nas Antilhas para os Estados Unidos, a exportação de açúcar não significou um impulso de desenvolvimento das áreas urbanas. Estas não puderam desenvolver qualquer atividade econômica complementar à rural, como o comércio e a manufatura, que esteve presente apenas nos centros urbanos de maior importância (Reis Filho, 2000).

O espaço da cidade colonial foi formado à semelhança das cidades portuguesas, tendo as construções obedecido a rígidos padrões que especificavam número de aberturas, gabaritos de alturas e recuos (Reis Filho, 1987). As cidades não consistiam necessariamente em uma representação de um espaço social, mas de parte dele. Nos centros urbanos menores, as vilas e cidades eram construídas apenas para dias de festas dos moradores das fazendas, à exceção dos quais apresentavam “normalmente um terrível aspecto de desolação” (Reis Filho, 1987, p. 30). Mesmo que reunissem algumas facilidades de uso comum, como a igreja e o comércio, eram preteridas como locais de moradia até mesmo por aqueles que dependiam do contato constante com outros moradores. Funcionários importantes e comerciantes abastados “cuidavam de adquirir, sempre que possível, chácaras ou sítios, um pouco afastados, para onde transferiam suas residências permanentes” (Reis Filho, 1987, p. 30), embora isto não significasse um desligamento das cidades.

Embora existissem espaços com funções específicas, a divisão da cidade por setores de classes era limitada pelo fato de que as funções de muitos dos habitantes das cidades eram sobrepostas, o que se refletia nos edifícios, geralmente casas térreas ou sobrados, cujo pavimento inferior era utilizado como sala comercial. Além disso, na sociedade escravocrata não havia uma região na cidade destinada especificamente à habitação dos poucos escravos, que moravam nas casas dos senhores, onde eram fundamentais para o seu funcionamento (Reis Filho, 1987).

A organização espacial dos edifícios nos pequenos núcleos urbanos não refletia a estratificação das classes sociais no período; pelo contrário, era resultado da necessidade de concentrar em um espaço comum funções essenciais à vida e ao comércio de exportação. Como o espaço era abundante, a população pequena e o custo da mão de obra muito baixo, inexistia uma clara hierarquia em termos de preço da terra (Reis Filho, 2000), como se estabeleceria mais adiante. A inexistência de um uso intenso e contínuo do espaço urbano, sua limitada extensão e a relação de dependência mútua entre cidade e campo definiam, ainda que em menor grau do que na aldeia primitiva, uma continuidade do espaço, onde valores mais ou menos homogêneos são atribuídos pelos indivíduos do grupo aos diferentes fragmentos de espaços ou elementos que constituem o espaço vivido.

Para o colono, proprietário rural e único habitante – ainda que esporádico – dos pequenos centros urbanos, estes eram a representação de um local de contato com outros colonos e, portanto, com suas raízes culturais (Reis Filho, 2000). A cidade neste período era, portanto, mais um centro de referência para uma população rural do que um centro urbano com atividades e vida própria, o que significa que era apenas parte de um espaço social mais amplo, que englobava as áreas ocupadas no campo.

Ainda assim, é possível vislumbrar um espaço social bastante simplificado, em que os atores sociais se resumem aos senhores das terras, os escravos e alguns poucos representantes de outras classes, como os comerciantes, funcionários municipais e militares, mesmo nos centros urbanos maiores (Reis Filho, 2000). Esta organização viria a se tornar mais complexa no período que se sucede.

A cidade comercial

As atividades urbanas até então estavam estreitamente ligadas à agricultura de exportação, quadro que viria a mudar somente com a crise na exportação do açúcar em meados do século XVII e com a descoberta do ouro no final do mesmo século, quando se forma a cidade comercial (Singer, 1990). O surgimento das cidades mineradoras, em que, ao contrário dos núcleos urbanos até então existentes, a maior parte da população é urbana, significou a ampliação de um mercado urbano para o consumo de bens de subsistência, dando maior impulso a este tipo de produção em outras partes da colônia (Reis Filho, 2000). Parte do excedente produzido pela mão de obra escrava passa, portanto, a ser apropriada e retida na colônia, o que resulta no surgimento de uma classe comerciante e na admissão de uma possibilidade de exploração do mercado consumidor local, dando início, inclusive, à importação de bens manufaturados da Europa. Com a permanência das populações e ascensão da classe comerciante no meio urbano, a cidade passa a ser o centro da vida política e motivo de diversas tomadas de decisão por parte da Coroa

portuguesa que visavam sobretudo manter o direcionamento dos lucros para a Metrópole (Singer, 1990 e Reis Filho, 2000).

O surgimento de uma nova organização social, que acomoda agora camadas intermediárias na relação entre senhores e escravos, significou também uma intensificação da urbanização das cidades mais importantes. Durante este processo, evidencia-se espacialmente a crescente rivalidade entre as classes dos proprietários rurais e dos comerciantes, que constroem, respectivamente, Olinda e Recife, por exemplo. A mesma oposição se enxerga entre as cidades Alta e Baixa, em Salvador (Reis Filho, 2000).

A consolidação de uma vida urbana ativa e das classes comerciais neste meio significa uma transformação no significado dos elementos urbanos. As vias mais importantes adquiriam funções comerciais, e as praças, associadas também às igrejas, se tornavam locais de manifestações de ordens sociais, cívicas, culturais e comerciais (Reis Filho, 2000). Como representações das relações sociais, as praças adquirem assim um papel simbólico no imaginário coletivo, que viria a perdurar até tempos mais recentes. Para DaMatta (1997, p. 44), elas se configuram nas cidades atuais como um “território especial, [que é] do povo”. Trata-se de uma sala de visitas coletiva, com significados especiais: em parte relacionados ao poder divino, representado pela igreja matriz, e em parte ao poder do Estado, presente no palácio do governo.

Nesta medida, a praça é de extrema importância para a interpretação das relações entre os espaços social e físico da cidade neste período e também nos posteriores. Aqui, ela representa as diferentes formas de autoridade, mas também simboliza as relações que se estabelecem na sociedade, tanto as sociais como também as de troca. Sua posição central no núcleo urbano reforça este significado, e o seu espaço físico, enquanto continuidade da rua, funciona como um amálgama que une os diversos espaços que compõem a cidade. Enquanto os primeiros núcleos urbanos serviam como local de reunião dos colonos, a praça por sua vez representa as interações entre as diversas classes que compõem uma sociedade agora mais complexa e diversificada. O uso que os habitantes fazem dela demonstra, assim, a relação que eles têm com a cidade e, portanto, com o restante da sociedade.

A estrutura organizacional do espaço social que se forma com a consolidação da cidade comercial foi mantida por um longo período, pois a função das cidades seria mantida mesmo após a chegada da Corte Portuguesa e da Independência, que não significou “muito mais que uma troca de metrópoles, sendo Espanha e Portugal substituídos pela Inglaterra” (Singer, 1990, p. 106). Desta forma, a cidade continua,

[...] no plano econômico, desempenhando suas antigas funções: sustentáculo da ordem e canal de intermediação comercial e financeira pelo qual passava o mesmo tipo, em geral, de excedente de produtos agrícolas e extrativos (Singer, 1990, p. 106).

Assim, embora a diversificação das exportações tenha contribuído para o surgimento de novas atividades econômicas, a estrutura de classes também foi mantida, já que “o movimento pela emancipação política não trouxe consigo qualquer mudança na relação de força entre as classes” (Singer, 1990, p. 108).

Esta situação, assim como a configuração das cidades, viria a sofrer mais profundas transformações em fins do século XIX. Com o fim do regime escravocrata, o capital depara-se com o problema da escassez de mão de obra no campo, o que é em parte solucionado pelo incentivo às imigrações de outros países, que por sua vez acarretam profundas transformações nas relações sociais.

A expansão das cidades

A sociedade brasileira, na qual era natural a aversão ao trabalho braçal (associado aos escravos e classes inferiores), não era vista com bons olhos pelos imigrantes que chegavam de diferentes países para o trabalho no campo.

De um lado, inveja da forma como os nacionais se apresentavam, comportando-se como ‘donos da terra’; de outro, desprezo pela sua suposta condição física doentia, pela aversão ao trabalho (Fausto, 2012, p. 26).

O processo de integração destes imigrantes foi naturalmente lento, verificando-se em muitos casos que se fechavam em bairros étnicos ou colônias, mostrando resistência à adaptação ao Brasil. A preservação da cultura através desta atitude era importante, pois mantinha-se sempre em vista um glorioso retorno à pátria, depois do prometido enriquecimento nas novas terras inexploradas. A vida privada era contraposta à vida pública, principalmente porque os nacionais estavam naturalmente mais ligados ao poder público e o governo do Estado apropriado pelas camadas mais altas da sociedade brasileira. O resultado foi um reforço de laços de grupo e de laços familiares (Fausto, 2012). Os laços de grupo levaram à organização de microssociedades,

[...] situadas a meio caminho entre as esferas pública e privada, como é o caso dos clubes comunitários, teatros, associações de socorros mútuos formadas por pessoas de uma determinada etnia ou de uma determinada região do país de origem, sindicatos, templos religiosos, etc. (Fausto, 2012, p. 28).

Já os laços familiares foram submetidos, na transposição da família para o Brasil, a uma reformulação da estrutura familiar (Fausto, 2012). A família adaptada à nova terra consistia em laços muitas vezes diferentes daqueles estruturados no país de origem, o que implica uma reorganização da estrutura social dos grupos. Por outro lado, estas “condições específicas dos imigrantes levaram sua vida privada, na dimensão familiar, a ter uma carga emotiva e funcional muito forte” (Fausto, 2012, p. 35).

A família, e por extensão a casa, servia como base e como proteção da cultura e dos valores do imigrante, em oposição à cultura local, da qual se procurava manter certo distanciamento.

Com a chegada dos imigrantes, o espaço social passou a se constituir de uma quantidade maior de componentes, com relações mais complexas e com uma contraposição bastante radical entre a vida dentro e fora da família ou das microssociedades, o que resultou em um amplo processo inicial de fragmentação da sociedade e na formação de grupos étnicos, além da já existente separação entre as classes. O espaço social até então homogêneo da cidade da conquista é desconstruído, e o surgimento de bairros étnicos e das microssociedades é indício espacial de um espaço social fragmentado.

Com a ascensão da indústria, a escassez da força de trabalho impõe-se novamente como um limitador para a expansão do capital, que induz à “despossessão da massa da população do acesso direto aos meios de produção (a terra, em particular), [que] libera a força de trabalho como uma mercadoria no mercado” (Harvey, 2011, p. 55).

A maior concentração da população nas cidades requer a ampliação do leque de serviços e infraestrutura oferecidos à população, de forma que “viver na cidade sempre parecia mais atraente do que permanecer no campo” (Wilheim, 1976, p. 17). Por outro lado, o aumento do contingente populacional urbano e, portanto, a maior demanda por habitação, infraestrutura, empregos e serviços causam certa apreensão por parte daqueles que já ocupavam a cidade, ao verem recursos que lhes eram destinados serem apropriados por outros.

O aumento das densidades, assim como no caso dos imigrantes estrangeiros, significa mais um ingrediente para a mistura de culturas que se chocam, levando a uma busca ainda maior pela proteção das próprias culturas. O aumento da marginalidade também pode ser apontado como consequência da intensa migração, e a violência urbana também contribui para o isolamento das pessoas e famílias em suas casas.

É evidente a ação do capital sobre a organização econômica local, nestes casos pela indução do movimento campo-cidade e pela reorganização dos meios de produção e de consumo. A introdução de novas e diferentes classes na sociedade tradicional significa o início de um novo processo de desconstrução do espaço social que, cedo ou tarde, repercute na organização espacial da cidade. No caso da urbanização e da reurbanização, o capital investido na terra, ao contrário dos fluxos de dinheiro ou de bens, serviços e pessoas, não pode ser movido sem que seja substituído.

[...] se a paisagem geográfica já não atende às necessidades do capital móvel, então deve ser destruída e reconstruída com uma configuração completamente diferente. Ou isso ou os fluxos de capitais devem estar em conformidade com os requisitos da remuneração do capital investido na terra (Harvey, 2011, p. 156).

Harvey (2011) emprega o conceito da “destruição criativa”, necessária para que o capital continue a se reproduzir de forma perpétua, e corresponde a uma das formas de desconstrução do espaço que ocorre em detrimento das ordens sociais que constituam qualquer tipo de limite para o processo, o que implica a formação de espacialidades e subjetividades alheias ao formato original da relação entre homem e espaço, que está “perpetuamente em desacordo com os comercialismos crassos dos mercados de terras e propriedades” (Harvey, 2011, p. 157).

O crescimento da população urbana fez surgir nas regiões centrais das cidades os cortiços, habitações coletivas de baixa renda. A campanha higienista de fins do século XIX pregava sua remoção, abrindo caminho para a entrada do capital nas áreas que vinham se valorizando. A produção de cortiços foi o centro de uma disputa entre, de um lado, higienistas e sanitaristas que defendiam sua remoção, sob o pretexto de livrar a cidade do Rio de Janeiro da insalubridade que assolava estas habitações e representava um risco para o restante da população, mas que na realidade defendiam a valorização da área central da cidade. Do outro lado, estavam os proprietários e moradores destas unidades de habitação coletiva, que procuravam se beneficiar da localização próxima aos serviços e oportunidades de emprego daquele mesmo local (Chalhoub, 2004). Esta competição ocorria porque a localização central das cidades é atrativa tanto para o capital, que se beneficia da aglomeração, quanto para os moradores.

O benefício ou o recurso fundamental que se disputa no espaço urbano é o tempo de deslocamento. As burguesias produzem para si um espaço urbano tal que otimiza suas condições de deslocamento (Villaça, 2001, p. 328).

O espaço urbano, segundo Corrêa (2004, p. 9), é um “reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e um espaço de lutas”. Para Villaça (2001, p. 72), “é produzido pelo trabalho social despendido na produção de algo socialmente útil”, produzindo um valor que é composto por outros dois: o “dos produtos em si – os edifícios, as ruas, as praças, as infraestruturas” e o valor produzido pela aglomeração e dado “pela localização dos edifícios, ruas e praças” (Villaça, 2001, p. 72). A localização insere estes elementos na aglomeração e “se apresenta assim como um valor de uso da terra – dos lotes, das ruas, das praças, das praias – valor que, no mercado, se traduz em preço da terra” (Villaça, 2001, p. 72).

O preço da terra é determinado não somente pela sua localização, mas pelas “atividades econômicas que mais podem pagar pelo seu uso” (Ribeiro, 1997, p. 74), ou seja, aquelas cuja atividade tem o potencial de gerar o maior sobrelucro possível. A dinâmica da ocupação da cidade é fruto de um intrincado sistema onde concorrem os diversos capitais, seja o capital comercial, que se beneficia da localização para aumentar o sobrelucro, seja do

capital imobiliário, cuja renda é decorrente da circulação da habitação mercadorizada.

Esta disputa faz subir o preço da habitação localizada no centro, que passa a ser apropriada principalmente pelas classes mais altas, enquanto as classes mais baixas são empurradas cada vez mais para a periferia através de um processo que é dividido por Mautner (1999) em três etapas, ou camadas de trabalho: a primeira, quando ocorrem os loteamentos, geralmente irregulares, seguidos da construção das casas; a segunda, quando o governo, sob pressão, fornece a infraestrutura básica e regulariza os lotes; e uma terceira, quando “a extensão de infraestrutura na periferia (basicamente água, luz, pavimentação e drenagem) abre o caminho para a entrada do capital” (Mautner, 1999, p. 257). Nesta última camada, os lotes retidos pela especulação são comercializados, garantindo um lucro ainda maior para o capital imobiliário. Como resultado, as áreas periféricas são valorizadas, fazendo com que a população residente seja novamente expulsa para regiões ainda mais distantes do centro, repetindo o processo indefinidamente. O controle do capital sobre a produção do espaço urbano consolida-se, desta forma, sobre todo o território da cidade, tendo a periferia como um limite que deve ser constantemente ampliado para garantir a contínua expansão do lucro. Este processo representa a espacialização da segregação que, para Villaça (2001, p. 148), é resultado de “uma luta ou disputa por localizações [...] entre grupos sociais ou classes”.

É em função desta forma de produção do espaço urbano que “nas sociedades ocidentais, vem-se operando a passagem de uma relação concreta a uma relação abstrata com o espaço” (Fernandes, 1992, p. 76). Na primeira, típica da aldeia tradicional, existe uma relação estreita entre o interior e o exterior, onde prevalece o controle do grupo. É uma relação mais concreta porque o espaço, passível de uma apropriação visual, pode ser mentalmente organizado como uma região estruturada a partir de uma centralidade específica, a partir da qual a distância é inversamente proporcional ao grau de apropriação do indivíduo ou mesmo do grupo ao qual ele pertence.

Já em uma relação abstrata com o espaço, o sujeito “refere-se a uma multiplicidade de lugares, como realidades homogêneas e permutáveis” (Fernandes, 1992, p. 77). O espaço social tornou-se descontínuo após a secularização de um primeiro espaço em que predominava a dualidade sagrado-profano e que depois foi substituída pela de centro-periferia. A ruptura do espaço social acontece quando ocorre a desurbanização dos subúrbios – ou seja, a perda do centro como referência para a definição do espaço urbano – em função do surgimento de policentralidades – que correspondem a diferentes modalidades de consumo – em detrimento da centralidade única (Fernandes, 1992).

No espaço urbano produzido pelo capital, as localizações de habitações e de atividades seguem critérios

de preços da terra, reproduzindo a dimensão econômica do espaço social. Ainda que algumas áreas das cidades concentrem determinados tipos de atividades ou de grupos com afinidades culturais, a dimensão cultural é, na maioria das vezes, relegada a um segundo plano. A evolução dos meios de transporte e de comunicação aproxima pontos distantes da cidade, e as microssociedades, que agora se reorganizam de acordo com os mais diversos critérios, passam a agregar habitantes de localidades distintas, atraídos por interesses comuns. Em outros termos, indivíduos localizados no mesmo espaço social – por possuírem hábitos, capital econômico e cultural semelhantes – muitas vezes habitam pontos distantes do espaço físico. O território individual deixa de ter a praça e os edifícios que a circundam como referência. As relações sociais e de consumo passam a ser representados por outros espaços, localizados de forma fragmentada pela cidade, e que não necessariamente encontram uma continuidade no espaço.

Considerações finais – O espaço social da cidade contemporânea

Nas cidades contemporâneas, a distribuição espacial das habitações é determinada pelas classes sociais, embora não esteja necessariamente correlacionada ao espaço social. Grupos de famílias e indivíduos com poderes aquisitivos similares se apropriam dos espaços mais privilegiados segundo princípios de mobilidade e acessibilidade, porém os locais onde as relações sociais acontecem estão distribuídos em pontos distintos da cidade. Desta forma, o local de moradia é determinado exclusivamente pelo preço da terra, que por sua vez é produto de uma disputa entre capitais pela localização.

São sintomas de um espaço social desconstruído pelo capital a verticalização e o espraiamento excessivos, assim como a compartimentação dos espaços em condomínios fechados e *shopping centers*. Em uma relação abstrata com o espaço, a casa torna-se um abrigo hermético contra a entrada de qualquer vestígio de uma exterioridade homogênea, que ameaça a harmonia e a privacidade do lar. Como as relações sociais se constroem com indivíduos que moram em locais distantes, perde-se o contato com os vizinhos, e com este o sentido da comunidade. O mundo individual centra-se na casa e vai encontrar fragmentos em locais espalhados pela cidade, acessíveis pelos automóveis, pelos transportes públicos, pela comunicação a distância, que oferecem pouca ou nenhuma oportunidade de um contato real com o espaço homogêneo que separa um do outro. Erguem-se muros entre a casa e o mundo, as famílias se individualizam, e as cidades se adensam, pois “o estabelecimento de fronteiras contribui para o adensamento e a unidade dos espaços sociais” (Fernandes, 1992, p. 78). As casas que se encerram em suas paredes externas – onde não faz sentido a relação com a rua nem a existência de espaços transitórios – podem ser coladas

umas às outras, ou mesmo sobrepostas, colocadas de costas ou distantes da rua. Indivíduos com grandes diferenças no capital cultural, porém com capitais econômicos semelhantes, podem conviver lado a lado, ou em um mesmo edifício, otimizando o aproveitamento da terra e maximizando o lucro do capital. A excessiva valorização da terra em áreas centrais empurra as classes inferiores para as periferias, deixando vazios destinados à especulação. As classes mais altas, por outro lado, isolam-se em apartamentos e condomínios fechados, temendo qualquer contato com a cidade.

Na cidade moldada pelo capital, o espaço social é desconstruído e os indivíduos isolados em compartimentos fechados que podem ser alocados nos locais onde haja a máxima extração de sobrelucro por parte dos capitais envolvidos. A desconstrução de espaços visando à valorização de áreas pouco valorizadas segue o mesmo objetivo. A mobilidade surge como uma bandeira, como se o problema a ser combatido estivesse no sistema de transportes e não na estruturação da cidade, que exige maior mobilidade. Obras visando ao aumento da mobilidade valorizam pontos estratégicos das cidades, e a luta da indústria automobilística por alternativas de transporte mais limpas adquire uma aura heroica ao tentar maximizar a mobilidade individual, porém perpetuando a expansão da cidade e o aumento do fluxo do capital.

Apesar da fragmentação do espaço social não poder ser apontada, por si só, como um fenômeno nocivo à qualidade de vida dos centros urbanos, deve-se atentar para aspectos correlatos que são indícios da necessidade de transformações que garantam a salubridade destes espaços. Em que pesem os benefícios trazidos pelas cidades contemporâneas aos seus habitantes, é possível apontar, entre outros, os congestionamentos, a exiguidade dos espaços nas habitações e seu preço elevado, a marginalidade e a criminalidade como resultantes da influência do capital, direta ou indireta, sobre a construção e a desconstrução do espaço, tanto em sua dimensão física como social.

Uma vez que a coesão da superestrutura cultural de uma sociedade garante um melhor controle do grupo sobre os conflitos em seu interior, a criação de espaços condizentes com a estrutura do espaço social em suas duas dimensões, assim como o fortalecimento de estruturas sociais e culturais condizentes com o espaço por elas ocupado, pode gerar condições mais apropriadas à sustentabilidade e à salubridade dos espaços urbanos. O desenvolvimento de culturas locais favorece o intercâmbio cultural nas cidades, propícias ao encontro e à troca de experiências e de produtos, enriquecendo a cultura urbana como um todo.

Territórios definidos, comunidades fortalecidas, intercâmbio cultural intenso, ampla autonomia de grupos e sustentabilidade socioeconômica são características essenciais à maior qualidade do espaço urbano nas cidades brasileiras. A desconstrução espacial, inerente a toda

ação humana sobre o ambiente e operante sobre as esferas social e espacial das cidades, deve ter como objetivo a garantia destas características. Para tanto, fazem-se necessários um maior controle da influência do capital sobre o processo destrutivo e a priorização da qualidade do espaço construído, em detrimento da lucratividade. A implementação de mecanismos reguladores no formato de legislação e políticas públicas adequadas deve-se somar à valorização das qualidades técnicas e ambientais de planos e projetos urbanos ou arquitetônicos que visem à formação, à manutenção ou ao resgate de uma relação mais concreta entre os indivíduos e o espaço.

Referências

- BOURDIEU, P. 1996. Espaço Social e espaço simbólico. In: P. BOURDIEU, *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus, p. 13-33.
- CHALHOUB, S. 2004. *Cidade Febril - Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo, Editora Schwarcz, 250 p.
- CORRÊA, R.L. 2004. *O Espaço Urbano*. São Paulo, Ática, 94 p.
- DAMATTA, R. 1997. *A Casa & a Rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Rocco, 151 p.
- FAUSTO, B. 2012. Imigração: Cortes e Continuidades. In: L. SCHWARCZ, *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, vol. 4, p. 13-61.
- FERNANDES, A.T. 1992. Espaço Social e suas Representações. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, (2):61-99.
- FRANCISCO, J.; CARVALHO, P.F. 2003. Desconstrução do lugar. O aterro da praia da frente do centro histórico de São Sebastião. In: GERARDI, L.H.O. (org.), *Ambientes - Estudos de Geografia*. Rio Claro, UNESP/AGETEO, p.105-119.
- HARVEY, D. 2011. *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo*. São Paulo, Boitempo, 253 p.
- LADEIRA, M.E. 1983. Aldeia Timbira. In: L.C. NOVAES, *Habitações Indígenas*. São Paulo, Nobel, p. 11-32.
- LAWSON, B. 2001. *The Language of Space*. Oxford, Architectural Press, 262 p.
- MAUTNER, Y. 1999. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: C. DÉAK; SCHIFFER, S.R. (orgs), *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo, EDUSP, p. 245-259.
- MUMFORD, L. 1991. *A Cidade na História - Suas Origens, Transformações e Perspectivas*. 3ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 742 p.
- NOVAES, L.C. (org.). 1983. *Habitações Indígenas*. São Paulo, Nobel Editora da USP, 196 p.
- PARK, R.E. 1970. Ecologia Humana. In: D. PIERSON, *Estudos de Ecologia Humana. Tomo I - Leituras de Sociologia e Antropologia Social*. São Paulo, Livraria Martins Editora, p. 21-37.
- PAULA, N.C. 2005. *Povos Indígenas e Ação Missionária do Catolicismo no Alto Rio Negro: Evangelização x Autodeterminação e Sobrevida Cultural*. Recife, PE. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 130 p.
- PIERSON, D. (org.). 1970. *Estudos de Ecologia Humana. Leituras de Sociologia e Antropologia Social*. São Paulo, Martins Fontes, 592 p.
- REIS FILHO, N.G. 2000. *Evolução urbana no Brasil (1500/1720)*. 2ª ed., São Paulo, Pini, 236 p.
- REIS FILHO, N.G. 1987. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo, Perspectiva, 214 p.
- RIBEIRO, L.C. 1997. *Dos Cortiços aos Condomínios Fechados - As formas de Produção da Moradia na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 352 p.
- SANTOS, M. 1984. *Por uma Geografia Nova*. 6ª ed., São Paulo, EDUSP, 285 p.
- SINGER, P. 1990. *Economia Política da Urbanização*. 12ª ed., São Paulo, Brasiliense, 152 p.
- SPOSITO, M.E. 1988. *Capitalismo e Urbanização*. São Paulo, Contexto, 80 p.
- VILLAÇA, F.M. 2001. *Espaço Intra-urbano no Brasil*. São Paulo, Martins Fontes, 373 p.
- WILHEIM, J. 1976. *O Substantivo e o Adjetivo*. São Paulo, Editora Perspectiva, 234 p.

Submetido: 05/04/2014

Aceito: 21/03/2018